

OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE

“Ah, ele é um político”

Apesar da notória crescente consciencialização dos cidadãos perante a inércia política dos casos que tem vindo a ser divulgados, quantos mais não existirão escondidos?



Raquel Brito

Não pretende esta crónica analisar estatísticas, nem estudos científicos ou dados analíticos relacionados com o fenómeno de fraude e corrupção existentes em território nacional. Nem mesmo nomear especificamente alguma notícia publicada na comunicação social, dada a vastidão dos casos que têm sido mediatizados, o que tornaria difícil a escolha. Sendo certo que, tanto no campo científico como no da sabedoria popular, emergem comunicações sobre os temas fraude e corrupção

Há um número considerável de instituições preocupadas com o fomento, a produção, a análise e a respetiva divulgação destes dados estatísticos e com estes estudos. Existe ainda, um número mais considerável de notícias divulgadas pela comunicação social. Ou seja, ninguém, em sã consciência, poderá afirmar, “eu não tinha conhecimento”.

O que se pretende com esta reflexão é perceber porque nada é feito no sentido de se contrariar ou, pelo menos, de se atenuar o ritmo a que este fenómeno se tem mantido em Portugal.

Se é preocupante, só por si, o número de casos, mais preocupante, escanda-

loso direi, é a anomia com que o fenómeno é encarado. Encarado com excessiva displicência, não inocente, mas sim deliberada.

Se as ferramentas (nomeadamente formações sobre prevenção e mecanismos de controlo, auditorias, fiscalizações) para o seu combate estão disponíveis. Se há instituições credíveis, em pleno funcionamento, e capacitadas para implementar estas práticas. Ainda, e mais grave, se é do conhecimento dos decisores políticos a existência destas ferramentas e destas instituições, porque nada é feito?

Por tudo o que tem sido publicado sobre o problema e sobre os sucessivos casos de suspeição, creio que já haveria matéria suficiente para se pensar sobre este fenómeno de uma outra forma.

Não existe prevenção. Só se atua *a posteriori*, após o crime ter ocorrido, e ser descoberto (o que nem sempre acontece).

Apesar da notória crescente consciencialização dos cidadãos perante a inércia política dos casos que tem vindo a ser divulgados, quantos mais não existirão escondidos?

Haverá alguma autarquia que seja idónea? (veja-se o exemplo da CM da Maia onde foi, alegadamente, utilizado dinheiro do erário público para liquidar dívidas fiscais revertidas para

os administradores da TECMAIA, que coincidentemente seriam dirigentes políticos dessa autarquia...) Haverá algum político que não nomeie “amigos”? Haverá alguma nomeação por mérito? Haverá algum político que sirva os cidadãos e não que se sirva deles?

A experiência diz-me que não!

É vulgar ouvirmos a expressão “Ah, ele é um político” quando se pretende descrever alguém dissimulado, alguém que adapta a sua postura em função dos seus proponentes, sejam eles gregos ou troianos. É alguém que procura sair-se sempre bem, não tomando posições firmes nem demonstrando convicções coerentes. Alguém que se move em determinado meio com o único objetivo de alcançar a satisfação de proveitos próprios (normalmente financeiros).

Na vida política ninguém quer ser um *out of the box*, pois este não tem lugar, não se mantém muito tempo no meio. Acabando por não ter tempo para atingir os seus objetivos. Assim, permanece sempre a dúvida se haverá alguém na esfera política que se atreva a contestar, a denunciar, a não compactuar e a não exercer práticas ilícitas.

São estes os nossos decisores políticos, os nossos líderes governamentais, independentemente da ideologia política que perfilham.